

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Tributação na economia digital no Brasil e o conflito de competência 4.0:
perspectivas e desafios

Luiz Guilherme de Medeiros Ferreira, Marcos Nóbrega	9
1 Introdução	9
2 Materialidades constitucionais: comércio, serviços e indústria.....	10
3 A digitalização da economia e a fluidificação dos conceitos – Da natureza intrínseca à funcionalidade extrínseca do objeto contratado.....	13
4 A digitalização da economia. O <i>bug</i> no processo interpretativo.....	16
4.1 A aplicação da norma.....	16
4.2 Aplicação. Do fato digital à norma analógica. A complexidade de aferição do fato digital.....	16
4.3 Aplicação – Da norma analógica ao fato digital. Tipicidade cerrada. Incompatibilidade e artificialismo interpretativo	17
5 Exemplo prático: o contrato de <i>blockchain</i> e outras ofertas	19
5.1 Consultoria.....	22
5.2 Desenvolvimento de sistema	24
5.3 IoT	25
5.4 SAAS – Usuário final	26
5.5 SAAS – Pagamento pelos direitos de distribuição	27
6 Conclusão	29
Referências	29

Contra a marcha dos dilapidadores: a origem do controle de contas no Brasil
e seu modelo sancionador

André de Castro O. P. Braga	31
1 Introdução	31
2 A criação do Tribunal do Tesouro Público Nacional e suas dificuldades.....	33
3 A Lei de 4 de outubro de 1831 tornou mais provável a responsabilização de agentes públicos?.....	39
4 A reforma de 1850 e o abandono do viés disciplinar.....	45
4.1 A competência para condenar agentes públicos ao pagamento de débito.....	46
4.2 O alargamento do alcance subjetivo da jurisdição do Tribunal do Tesouro.....	50
4.3 A possibilidade de imposição de multas	52
4.4 Punições e preservação da autoridade do Tribunal do Tesouro.....	56
5 A reforma de 1850 e a dinâmica organizacional do Tribunal do Tesouro	57
6 Conclusão	62
Referências	65

Responsabilidade civil e administrativa do advogado público

Dayana de Moura Borges	69
Introdução	69
1 Conceito e espécies de parecer	71
2 Evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	74
3 Modificações legislativas recentes que discutiram sobre a matéria.....	78

4	Conclusão	85
	Referências	87

Contrato por escopo: uma necessária releitura à luz do art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e do direito comparado

Michelle Marry Marques da Silva	89	
1	Introdução	90
2	Doutrina aplicada aos contratos administrativos	90
2.1	Contrato administrativo e contrato por escopo: faces da mesma moeda?	90
2.2	Contrato por prazo certo e contrato por escopo	93
2.3	Prazo de vigência e prazo de execução	96
2.4	Diferença entre prorrogação e renovação do prazo do contrato administrativo	98
2.5	Da convalidação e do regime de nulidades na nova Lei de Licitações e Contratos	99
3	Posição adotada pelo Tribunal de Contas da União e no direito comparado	103
4	Aplicação analógica da doutrina aplicada aos contratos administrativos aos convênios	109
5	Conclusão	111
	Referências	112

A incompatibilidade da teoria da irresponsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais com a noção ampla de serviço público

Otávio Martins Finger	113	
	Introdução	113
1	O conceito amplo de serviço público e sua relação com a responsabilidade civil do Estado	115
1.1	Os conceitos amplo e restrito de serviço público	116
1.2	A relação entre serviço público e responsabilidade civil do Estado – As teorias publicistas	121
2	A atividade jurisdicional como serviço público ensejador de responsabilidade civil estatal	124
2.1	A visão segundo a qual não há responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais – A doutrina da irresponsabilidade	125
2.2	A jurisdição como serviço público <i>lato sensu</i> ensejador de responsabilidade estatal – A incompatibilidade da teoria da irresponsabilidade	128
	Conclusão	131
	Referências	133

Os convênios na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021

Rita de Cássia Leme Veronez	135	
1	Introdução	135
2	Breve contextualização: o convênio administrativo no direito positivo	136
3	Conceito e natureza jurídica dos convênios	139
4	Regime jurídico dos convênios na Lei nº 8.666/1993	143
5	Regime jurídico dos convênios após a edição da Lei nº 14.133/2021	145
5.1	Apresentando a nova lei de licitações: breves considerações críticas	146
5.2	Conhecendo o espírito da lei: características, principiologia e objetivos da Lei nº 14.133/2021	148
5.2.1	Princípios da legalidade e da motivação	149
5.2.2	Princípios do planejamento e da eficácia	150
5.2.3	Princípio da segregação de funções	151

6	Interpretação do artigo 184 da Lei nº 14.133/2021: integração da teoria do ordenamento jurídico de Bobbio aos regulamentos da nova lei de licitações	152
7	Parâmetros para regulamentação do regime jurídico dos convênios administrativos previstos no artigo 184 da Lei nº 14.133/2021.....	157
7.1	Principais pontos de regulamentação.....	159
8	Considerações finais.....	160
	Referências.....	162

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ADI – Direito Constitucional – Auditor de Tribunal de Contas – Remuneração do Auditor no desempenho da função de Conselheiro – Recebimento do mesmo vencimento e vantagens – Equiparação remuneratória – Isonomia – Fixação de subsídio de Auditor de Contas 5% (cinco por cento) inferior ao percebido quando em substituição a Conselheiro – Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.946/PE

167

Supremo Tribunal Federal

Repercussão Geral no Recurso Extraordinário – Improbidade administrativa – Lei nº 14.230/2021 – Aplicação retroativa das disposições sobre o dolo e a prescrição na ação de improbidade administrativa – Repercussão geral reconhecida. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 843.989/PR

189

Tribunal de Contas da União

TCU – Representação – Licitações e contratos – Prazo de vigência das regras postas nos estatutos de licitações a serem revogados pela Lei nº 14.133/2021 – Entendimento firmado. Representação nº 000.586/2023-4

203

Instruções para os autores.....

235